**Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE):
desempenho das escolas da região sudeste no IdeGES-PDDE**

SOUZA, Vilma Aparecida de Souza
Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
vilmasouza@ufu.br

Introdução do problema:

O presente resumo faz parte de uma pesquisa guarda-chuva, intitulada “ Políticas de descentralização financeira para a Educação Básica”, integrado com a Linha de Linha de Pesquisa "Estado, Políticas e Gestão da Educação", do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da UFU. A pesquisa tem como problemática: qual a relação o Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE) e o perfil sociocultural e gestorial das escolas mineiras e como esse indicador é utilizado como uma ferramenta de auxílio às escolas na gestão dos recursos do PDDE?

Desenvolvimento

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem sua gênese no contexto do governo FHC e, partir da Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, passa a ser denominado Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Segundo Viana (2020), o PDDE pode ser qualificado como o primeiro programa nacional de repasse direto de recursos financeiros diretamente às escolas, um “um modelo de gestão pública considerado “inovador”, por disponibilizar recursos financeiros diretamente às escolas beneficiárias” (p. 52). O PDDE tem por finalidade prestar assistência financeira às escolas, a fim de contribuir para melhoria da infraestrutura física e pedagógica. Após 28 anos de existência, o PDDE, mecanismo de transferência de recursos financeiros, ampliou-se expressivamente fortalecendo um modelo descentralizado de gestão financeira de programas educacionais, como mecanismo de repasse de recursos diretamente às escolas públicas. Com a preocupação com a gestão dos recursos financeiros, o FNDE criou o Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE), um painel com acesso público, para avaliar o desempenho da gestão descentralizada do programa em todas as regiões do país, com vistas a assegurar o monitoramento e controle social. O IdeGES-PDDE mensura o desempenho da escola em relação ao alcance dos indicadores (adesão, execução de recursos e prestação de contas), considerando os critérios/níveis: Muito Baixo, Baixo, Médio, Alto e Muito Alto. Nessa proposta, entende-se que o desempenho do programa apenas pode ser considerado

satisfatório se considerados os três indicadores: se alcança o máximo de seu público alvo (adesão), se os recursos são utilizados (execução) e empregados nas finalidades do programa (prestação de contas).

Considerando esse contexto, definiu-se como objetivo geral: analisar o PDDE nos municípios mineiros, apreendendo suas fragilidades e potencialidades na implementação, execução e prestação de contas dos recursos, por meio do IdeGES-PDDE. Como objetivos específicos: analisar a relação entre o IdeGES-PDDE e o perfil sociocultural e gestorial das escolas mineiras; identificar ações de assistência técnica dos órgãos centrais/locais para auxílio das escolas com baixo desempenho no IdeGES-PDDE. Para esta investigação, utilizou-se abordagem epistemológica da dialética. Justifica-se a opção pela abordagem dialética para desvelar a estrutura do PDDE, objeto deste estudo, que faz parte de uma política educacional federal em curso no atual momento histórico. Nesse desvelar, procurou-se indagar e descrever a estrutura do programa, na tentativa de perscrutar a “coisa e si”, por meio da “consciência do fato de que existe algo susceptível de ser definido como estrutura da coisa, essência da coisa, “coisa em si”, e de que existe uma oculta verdade da coisa, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente. Em relação ao foco de análise, foi necessário superar a tendência de estudos que partem da hipótese de que o processo de formulação e implementação de políticas públicas ocorre em perspectivas lineares e desvinculadas dos processos políticos. Para superar tal desafio, justifica-se a necessidade de se analisar PDDE a partir de uma perspectiva histórica e dialética, procurando explorar suas interfaces com uma série de eventos envolvidos que interferem tanto no processo de formulação como no processo de implementação de uma política. Esse projeto de pesquisa foi implementado a partir de três procedimentos metodológicos: a pesquisa bibliográfica; a pesquisa documental; e análise de indicadores educacionais dos municípios do estado de Minas Gerais. A pesquisa bibliográfica foi realizada mediante um levantamento de publicações sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola e o Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE) e sua interface com as categorias gestão democrática, descentralização e qualidade da educação. A pesquisa documental foi realizada a partir do mapeamento e análise de documentos oficiais e de relatórios anuais de atividades e de gestão do FNDE, de 1997 a 2023, conforme disponibilização no Portal online da Autarquia, referente ao PDDE. A análise de indicadores educacionais do estado de Minas Gerais foi realizada a partir do levantamento de dados disponibilizados por órgãos, como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo software Power B.I (business intelligence). O Power BI é uma ferramenta para conexão e visualização de dados usando a plataforma unificada e escalonável para BI (*business intelligence*) corporativo e por *self-service*, a qual é fácil de usar e ajuda a obter *insights* mais aprofundados sobre os dados referendados pela equipe de monitoramento do Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais da região Sudeste (Cecampe - Sudeste), sendo fomentada, precipuamente, por dados do Censo Escolar do INEP. Os centros colaboradores estão alocados em universidades federais das cinco regiões brasileiras, sendo o Cecampe-Sudeste alocado na Universidade Federal de Uberlândia.

O IdeGES-PDDE abrange três indicadores atinentes às dimensões adesão, execução e prestação de contas dos recursos. A variável *Adesão ao PDDE* envolve a capacidade de mobilização das comunidades para cadastrar e participar do Programa PDDE e instituir suas UEx. Os índices em relação ao indicador *Adesão* nos estados da região sudeste alcançam a faixas de classificação *Alto* (8 a 9), ou seja fizeram adesão ao programa e atualizaram o seu cadastro.

A variável *Execução de Recursos* implica a capacidade de execução do Programa pelas entidades gestoras, mensurando em que proporção os recursos disponibilizados são executados. Os índices em relação ao indicador *Execução de Recursos* nos estados da região sudeste atingem a faixa de classificação *Baixo* (4 a 6), evidenciando que essa variável necessita de maior apoio e monitoramento, e de buscar estratégias para identificar as dificuldades e os entraves enfrentados no uso dos recursos do PDDE, com vistas a atingir a melhoria nessa etapa. Os índices da região sudeste em relação ao indicador *Execução de Recursos* evidenciam a importância de orientar as ações de assistência técnica para essa área.

O indicador *Prestação de Contas* envolve a capacidade de cumprir com a exigência legal de prestar contas da destinação dos recursos transferidos pelo PDDE, conforme orientações legais e normativas. Na região sudeste essa variável atinge as faixas de classificação *Alto* e *Muito Alto* (8 a 10). Além de ser uma exigência legal previstas nas normas do programa, o processo de prestação de contas apresenta-se como uma etapa importante para que a comunidade escolar possam acompanhar a destinação dos recursos públicos, apresentando-se como uma importante ferramenta de transparência da gestão financeira.

Conclusões

Os resultados evidenciaram que PDDE necessita estar articulado com outras ações, a fim de superar os desafios enfrentados pelas diferentes realidades dos sistemas de ensino e unidades escolares. Os dados mostram um cenário de distintos desempenhos na gestão de recursos a partir dos dados do IdeGES-PDDE de cada estado da região sudeste. Esses dados mostram a importância do monitoramento e orientação dos gestores em contexto local e regional, como medida estratégica para reduzir as problemas na gestão dos recursos que vem acirrando a inadimplência e impedindo muitas escolas para se tornar aptas a receber e gerenciar os recursos advindos do PDDE.

Referências

FNDE. **Manual de Orientação para Constituição de Unidade Executora Própria**. Brasília: MEC, 2014.

FNDE. **Nota Técnica Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada do PDDE (IdeGES-PDDE)**. Brasília: MEC, 2021.

VIANA, Mariana Pleje. **O Programa Dinheiro Direto na Escola e a gestão financeira escolar em âmbito nacional**. 2020. 454 f. Tese (Doutorado) – Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação. Universidade Federal do Paraná. 2020.